



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
COLEGIADO DE SERVIÇO SOCIAL**

TATIELLE VALOIS RIOS SENA

**A LOUCURA COMO SUBTERFÚGIO SOCIAL PARA O SILENCIAMENTO
E CERCEAMENTO DE DIREITOS DA MULHER**

**CACHOEIRA-BA
2018**

TATIELLE VALOIS RIOS SENA

**A LOUCURA COMO SUBTERFÚGIO SOCIAL PARA O SILENCIAMENTO
E CERCEAMENTO DE DIREITOS DA MULHER**

Trabalho de Conclusão de Graduação apresentado ao Colegiado do Curso de Serviço Social, no Centro de Artes Humanidades e Letras, da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Serviço Social.
Orientadora: Profa. Dra. Dyane Brito Reis.

**CACHOEIRA-BA
2018**

TATIELLE VALOIS RIOS SENA

A LOUCURA COMO SUBTERFÚGIO SOCIAL PARA O SILENCIAMENTO E
CERCEAMENTO DE DIREITOS DA MULHER

Cachoeira /BA, aprovada em 25 de abril de 2018.

BANCA EXAMINADORA



Prof.ª Dr.ª Dyane Brito Reis

(Orientadora – UFRB)



Prof.ª Ms.ª Valdecir Nascimento

(Membro Externo)



Psicólogo Leandro Ribeiro Azevedo

(Membro Interno – UFRB)

A todas nós mulheres: “que nada nos defina,
que nada nos sujeite. Que a liberdade seja a
nossa própria substância”.

Simone de Beauvoir

AGRADECIMENTOS

Ao Centro de Artes, Humanidades e Letras – CAHL, que por meio do Curso de Serviço Social, proporcionou os primeiros passos nesse longo percurso de formação acadêmica, o qual almejo continuar trilhando.

A orientadora, Prof. Dr.^a Dyane Brito Reis, pela relevante contribuição e incentivo para concretização deste Trabalho de Conclusão de Curso.

A docente, Prof.^a Ms.^a Valdecir Nascimento e ao Prof. Leandro Ribeiro Azevedo, que gentilmente aceitaram fazer parte do processo avaliativo desta pesquisa.

A minha saudosa avó, Aleluia Valois Rios (*in memoriam*), principal incentivadora do empoderamento feminino.

A mainha, Jaqueline Valois Rios Sena, esta que é imprescindível em minha vida, apoiando-me desde o primeiro instante nesta jornada, sendo para mim exemplo de honradez e comprometimento.

Ao meu pai, Edmilson Reis Sena, pela serenidade e incontáveis horas de diálogo.

A Tarsila Valois Rios Sena, querida irmã, que mesmo em tenra idade mostrou-se sábia em suas palavras de encorajamento.

As estimadas amigas: Aline Maturino, pela lealdade e parceria incondicional nas mais distintas vivências tanto pessoais, quanto acadêmicas; Gleice Daiana, pela afetividade, delicadeza e companheirismo nas festividades; Mariana Brandão, pelos intermináveis diálogos, alegria contagiante, motivações diárias e amabilidade; Jéssica Andrade, por toda docilidade e acolhimento nesta trajetória universitária, além de Fyamma Cristina que, apesar da distância física, se fez presente em todos os momentos apoiando meu caminhar.

Ao meu namorado, Adriano Santana e sua família pelo constante afeto e receptividade.

Aos demais colaboradores/as e familiares que contribuíram, direta ou indiretamente, para o cumprimento deste meu primeiro trajeto formativo.

RESUMO

A presente pesquisa teve como objeto de estudo a construção social da loucura e suas implicações nas relações de gênero. Sendo os principais objetivos: analisar as concepções de loucura e suas interfaces com a representação social da mulher; discutir as relações entre *loucura feminina*, silenciamento e cerceamento de direitos da mulher; identificar em publicações científicas previamente selecionadas no *Google Acadêmico* e no *Scientific Eletronic Library Online – SCIELO*, as discussões travadas sobre a loucura enquanto construto social para a manutenção das desigualdades de gênero. Quanto à metodologia, adotou-se a estratégia da revisão bibliográfica de referenciais científicos publicizados no período de 2007 a 2017 e disponíveis nos citados sites de consulta. O aporte teórico constitui-se dos estudos de Beauvoir (1970); Scott (1989); Saffioti (2001); Rago (2004); Louro (2007) e Sardenberg (2011) para o entendimento das relações de gênero. Além de autores como Badinter (1986); Goffman (1988; 2001); Jagoe (1998); Foucault (2006; 2008); Costa Júnior e Medeiros (2007) para subsidiar a compreensão das concepções de estigma e doença mental. Os resultados da pesquisa comprovam que a *loucura feminina* é concebida, também, como uma construção social utilizada, na maioria dos casos, como subterfúgio para silenciar e cercear os direitos das mulheres. Os dados sinalizam, ainda, a importância em se produzir novos discursos e novas escritas acerca desta temática, ou seja, dar vez e voz às atrizes dessa história.

Palavras-chave: Loucura feminina, Relações de Gênero, Mulher, Construto social.

ABSTRACT

The present study had as object of study the social construction of madness and its implications in the relations of gender. The main objectives are: to analyze the conceptions of insanity and its interfaces with the social representation of women; discussing the relationships between female madness, silencing and curtailing women's rights; to identify in scientific publications previously selected in Google Scholar and Scientific Eletronic Library Online - SCIELO, the discussions about madness as a social construct for the maintenance of gender inequalities. Regarding the methodology, the strategy of the bibliographic review of scientific references published in the period from 2007 to 2017 and available in the referred sites was adopted. The theoretical contribution is made up of studies by Beauvoir (1970); Scott (1989); Saffioti (2001); Rago (2004); Louro (2007) and Sardenberg (2011) for the understanding of gender relations. In addition to authors such as Badinter (1986); Goffman (1988, 2001); Jagoe (1998); Foucault (2006; 2008); Costa Júnior and Medeiros (2007) to support the understanding of conceptions of stigma and mental illness. The results of the research prove that female madness is also conceived as a social construction used, in most cases, as a subterfuge to silence and curtail the rights of women. The data also indicate the importance of producing new speeches and new writings on this subject, that is, giving time and voice to the actresses of this story.

Key words: Female madness, Gender relations, Woman, Social construct.

LISTA DE TABELA

Tabela 01. Referenciais extraídos das plataformas online <i>Google Acadêmico e SCIELO</i>	16
Tabela 02. Referenciais extraídos da plataforma online <i>Google Acadêmico</i>	31
Tabela 03. Referenciais extraídos da plataforma online <i>SCIELO</i>	36

LISTA DE SIGLAS

- CAHL** Centro de Artes, Humanidades e Letras
- CAPS** Centro de Atenção Psicossocial III
- HNA** Hospital Nacional de Alienados
- SCIELO** *Scientific Eletronic Library Online*
- UFRB** Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 PRESSUPOSTOS TEÓRICO-METODOLÓGICO	13
3 LOUCURA: PROCESSO SÓCIO-HISTÓRICO	18
4 MULHER: IMPLICAÇÕES DE GÊNERO E LOUCURA	25
4.1 O feminino nas amarras da loucura: desequilibradas? histéricas? loucas? afinal, quem são essas mulheres?	28
5 DOSSIÊ DAS LOUCAS: ANALISANDO OS DADOS DOCUMENTADOS	33
6 (IN)CONCLUSÕES	42
REFERÊNCIAS	44

1. INTRODUÇÃO

Discorrer sobre as diversas interfaces que compõem a condição feminina na contemporaneidade, seja no Brasil ou em outros países, certamente, não se configura como tarefa inédita, considerando a ampla literatura que já foi, e vem sendo, publicada acerca dessa temática. Esta vasta bibliografia abrange a realização de estudos e debates travados nas universidades, bem como, em outros espaços formativos, os quais abordam desde questões como a violência doméstica, a extrema pobreza, a falta de acessibilidade às instituições de ensino e ao mercado de trabalho formal, as desigualdade de gêneros e a subalternidade em que ainda vive a maioria das mulheres. Entretanto, embora muitas destas discussões e importantes pesquisas tenham sinalizado, também, alguns avanços ocorridos neste percurso de lutas pelo reconhecimento dos direitos socioeconômicos e políticos da figura feminina, nota-se certa escassez de investigações acadêmicas direcionadas à análise da realidade vivenciada por mulheres identificadas, social ou clinicamente, como “loucas”.

No âmbito brasileiro, precisamente na década de 1920, a psiquiatria ampliou seu âmbito de atuação e produziu novas concepções sobre a loucura. Essas teorias emergentes disseminavam que a loucura maníaco-depressiva ou a histeria fossem analisadas com base no comportamento social feminino, ou seja, as mulheres cujas condutas não obedeciam aos padrões de normalidade determinados pelos médicos eram estereotipadas como “loucas”. Nesse contexto, observa-se que a medicina mental e as relações de gênero trilhavam um mesmo caminho: o desvio do padrão social vigente correspondia à psicopatologia, tendo em vista que, de acordo com o contexto científico da época, era da natureza feminina, “identificar-se com a maternidade e a esfera privada do lar, sonhar com um casamento indissolúvel e afeiçoar-se a atividades leves e delicadas, que exigem pouco esforço físico e mental” (RAGO, 2004, p. 31). Assim, a sociedade capitalista alicerçada no patriarcalismo determinava às mulheres um padrão normativo baseado no estereótipo da boa esposa, devotada ao cuidado da prole e do lar, tendo a manifestação do desejo por liberdade financeira e sexual vista como sintoma típico da loucura. Portanto, para os/as psiquiatras daquele período, a única forma de conter e tratar a mulher diagnosticada como louca era a internação em hospitais especializados, os manicômios.

Diante do exposto, questiona-se, nesta ação investigativa: haveria uma loucura própria às mulheres? E, ainda, como esse estereótipo de loucura atribuído à figura feminina contribui para o silenciamento e cerceamento dos direitos sociais da mulher? Ressaltando que muitas mulheres foram, e continuam sendo, sob o suposto jugo da loucura, silenciadas e

invisibilizadas. Sendo assim, neste estudo discute-se a construção social da loucura e suas implicações nas relações de gênero, além dos contextos históricos e sociais que permeiam tal conceito. Estudo este embasado na metodologia qualitativa do tipo revisão bibliográfica (pesquisa documental), cujos objetivos pretendidos foram: analisar as concepções de loucura e suas interfaces com a representação social da mulher; discutir as relações entre loucura feminina, silenciamento e cerceamento de direitos da mulher; bem como, identificar em publicações científicas disponibilizadas e previamente selecionadas em plataformas como o *Google Acadêmico* e o *Scientific Electronic Library Online – SCIELO*, na última década, as discussões travadas sobre a loucura enquanto construto social para a manutenção das desigualdades de gênero.

Quanto à fundamentação teórica, a pesquisa ancora-se nos estudos realizados por especialistas a exemplo de Simone de Beauvoir (1970); Joan Scott (1989); Heleieth Saffioti (2001); Margareth Rago (2004); Guacira Louro (2007) e Maria Cecília Sardenberg (2011) dentre outras, as quais contribuem para o entendimento das complexas relações de gênero, feminismo, sexismo, bem como, as condições de subalternidade, silenciamento e invisibilidade nas quais sobrevivem muitas representantes femininas, entre estas as denominadas *loucas*. Além das supracitadas pesquisadoras, também constituem este aporte teórico autores como; Badinter (1986); Goffman (1988; 2001); Jagoe (1998); Michael Foucault (2006; 2008); Costa Júnior e Medeiros (2007) entre outros/as, cujas discussões e pesquisas subsidiam as análises acerca das concepções de estigma, o entendimento sobre a reforma psiquiátrica, da doença mental e a loucura feminina enquanto construção social. Cabe ressaltar que este arcabouço teórico foi consubstanciado por outras fontes bibliográficas, neste caso, por uma tese de doutorado e oito (08) artigos científicos selecionados nos referidos sítios de publicação acadêmica (vide tabela apresentada na página subsequente).

Diante do exposto, cumpre destacar alguns dos fatores que justificaram e atribuíram relevância à produção desta pesquisa, tais como: a escassez de trabalhos acadêmicos, em particular, no âmbito do Serviço Social, que abordem sobre saúde mental feminina, especialmente, no que diz respeito às relações de gênero, assim como, a ausência de abordagens teóricas e empíricas (na última década, na Bahia) acerca da loucura na perspectiva do/a próprio/a paciente, isto é, das suas subjetividades e vivências cotidianas. Além disso, a realização desse trabalho contribuiu significativamente para o avanço acadêmico da pesquisadora e, também, para a ampliação das fontes que discorrem sobre essa temática.

2. PRESSUPOSTOS TEÓRICO-METODOLÓGICO

A presente pesquisa parte da premissa de que “a loucura só existe em uma sociedade, ela não existe fora das normas da sensibilidade que a isolam e das formas de repulsa que a excluem ou capturam” (FOUCAULT, 2006, p.163), isto é, trata-se de um fenômeno social que, enquanto objeto de estudo, precisa ser analisado em suas variadas nuances, visto que, a dedução da loucura está amparada em estereótipos e construtos sociais, pois como destaca Foucault (2008):

[...] Esse desatino se vê ligado a todo um reajustamento ético onde o que está em jogo é o sentido da sexualidade, a divisão do amor, a profanação e os limites do sagrado, da pertinência da verdade à moral. Todas essas experiências, de horizontes tão diversos, compõem em sua profundidade o gesto bastante simples do internamento (Foucault, 2008, p.106).

Desta forma, o/a pesquisador/a, interessado/a em analisar esse paradigma, deve recorrer ao emprego de uma abordagem metodológica de cunho qualitativo, haja vista a necessidade de se trabalhar com o universo dos significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, correspondentes ao espaço mais profundo das relações e dos processos que circundam esse fenômeno, o qual não pode ser reduzido à operacionalização de variáveis (MINAYO, 2001. p. 14), pois o uso da pesquisa de caráter quantitativo não contempla “a complexidade do ser humano e das sociedades que o acolhem”, ou seja, “as particularidades humanas põem às claras a inadequação, em boa parte das vezes, dos pressupostos positivistas para o estudo dos fenômenos sociais” (PESCE; ABREU, 2013.p.25).

De acordo com Gatti (2007, p.77), “a pesquisa dita qualitativa surgiu em oposição aos desgastados modelos experimentais e estudos empiricistas, propondo, em seu lugar, um universo heterogêneo de métodos e técnicas”. Nessa mesma linha de pensamento, Minayo (2010, p.21) propõe que os estudos qualitativos se ocupam com níveis da realidade social os quais dificilmente podem ser traduzidos em números e indicadores quantitativos, tendo em vista o mundo da produção humana com suas complexas relações, representações e intencionalidades. Nesse sentido, cabe ao/à pesquisador/a agir como um/a “intérprete da realidade pesquisada, segundo os instrumentos conferidos pela sua postura teórico-epistemológica”, sem a pretensão, evidentemente, de estabelecer suas constatações como verdades incontestáveis, mas demonstrando que o conhecimento produzido por ele/a é fidedigno e relevante teórica e/ou socialmente (LUNA, 2011.p.14).

A relevância da pesquisa qualitativa está, segundo Pesce e Abreu (2013, p.27), em sua abrangência, isto é, em possibilitar os “diversos tipos de investigação, tal como a pesquisa

bibliográfica, a pesquisa documental, a pesquisa etnográfica, a pesquisa histórica, a pesquisa ação, a pesquisa participante, dentre outros”. Sendo assim, o presente estudo investigativo adota como método a revisão bibliográfica (também denominada revisão de literatura), pois a pretensão é a de realizar um levantamento sobre o que “já se sabe, quais as principais lacunas, onde se encontram os principais entraves teóricos e/ou metodológicos” (LUNA, 2011.p.88), acerca da temática da loucura feminina. Além disso, a referida técnica de ação investigativa constitui-se como uma peça importante na construção do trabalho científico, auxiliando “na recuperação da evolução de um conceito, área, tema, etc. e a inserção dessa evolução dentro de um quadro de referência que explique os fatores determinantes e as implicações das mudanças” (LUNA, 2011. p.92). Além disso, como aponta Marli André (2013):

[...] quase todos os estudos incluem **análise de documentos**, sejam eles pessoais, legais, administrativos, formais ou informais. A análise documental não só contribui para a aquisição de informações relevantes acerca de eventos e/ou fatos que o/a pesquisador/a não pode observar diretamente, como também para complementar as informações obtidas por outras fontes e, sobretudo, fornecer base para a triangulação dos dados (ANDRÉ, 2013.p.100).

Faz-se oportuno destacar que há certa escassez de investigações acadêmicas direcionadas à análise da realidade vivenciada por mulheres identificadas, social ou clinicamente, como “loucas”. Para Cabral e Diaz (1999, p.142) as questões relativas à mulher são tratadas sob o termo de gênero, construído socialmente buscando compreender as relações estabelecidas entre homens e mulheres, os papéis que cada um assume na sociedade e as relações de poder estabelecidas entre eles. Diante de tal afirmativa, conclui-se que há construtos sociais relacionados à identidade do ser mulher.

Sendo assim, para discorrer acerca de tais construtos sociais com a finalidade de alcançar êxito nos objetivos propostos, esta ação investigativa aporta nos estudos produzidos pela filósofa francesa Simone de Beauvoir (1970); por historiadoras renomadas como Joan Wallach Scott (1989) e Luzia Margareth Rago (2004); pela socióloga marxista Heleieth Iara Bongiovani Saffioti (2001); além da Doutora em Educação Guacira Lopes Louro (2007) e a antropóloga Cecília Maria Bacellar Sardenberg (2011) entre outras, por estas contribuírem com as discussões sobre gênero, feminismo, sexismo, bem como, denunciarem situações de subalternidade, silenciamento e invisibilidade das quais diversas mulheres ainda continuam vítimas, sobretudo, aquelas denominadas *loucas*, visto que “a categoria gênero foi cunhada para compreender como a relação entre natureza e cultura opera como justificativa das

desigualdades entre homens e mulheres” (ALBERNAZ; LONGHI, 2009. p.82), ou como pontua Sardenberg (2011):

[...] o conceito de gênero permite que se pense essa categoria como uma construção social historicamente específica e em como essa construção legitima a situação “real” de discriminação, exploração e subordinação das mulheres. Ao mesmo tempo, a categoria gênero dá conta da diversidade da condição e experiência femininas em sociedades distintas, no tempo e espaço e, ressalte-se, inclusive no seu interior, ao possibilitar a análise de como os recortes de classe, raça e idade, dentre outros, permeiam as vivências de gênero, de sorte a resultarem em experiências femininas bastante distintas. (SARDENBERG, 2011. p.22)

Em consonância com esse posicionamento, a pesquisadora Joan Scott (1989. pp. 28-32) enfatiza que “o gênero é, portanto, um meio de decodificar o sentido e de compreender as relações complexas entre diversas formas de interação humana [...] é uma forma primeira de significar as relações de poder”. Relações estas manifestadas nas mais diferentes esferas da vida cotidiana, posto que o gênero, ainda, continua ordenando as formas de pensar, delimitando qualidades, os espaços, as atitudes, os poderes a serem distribuídos entre homens e mulheres, estabelecendo o que é considerado certo e errado, isto é, como mecanismo de poder que hierarquiza as pessoas e legitima as desigualdades (ALBERNAZ; LONGHI, 2009. p.84).

O aporte teórico traz como embasamento, também, as pesquisas elaboradas por autores a exemplo do cientista social Erving Goffman (1988; 2001), o filósofo Michael Foucault (2006; 2008); Badinter (1986); Jagoe (1998); além de Costa Júnior e Medeiros (2007) dentre outros/as, com o intuito de subsidiar as análises das concepções sobre estigma, reforma psiquiátrica, doença mental e loucura feminina enquanto construção social, haja vista que:

Não é incomum encontrarmos no campo simbólico, nos discursos e figurações, a associação entre feminino e loucura. Esta ligação se estabelece relacionada à ideia de que há uma debilidade característica do feminino, quer dizer, que há uma loucura propriamente feminina, que refere-se especificamente e precisamente à forma de desejar da mulher, nas mais diversas esferas da vida, amorosa, matrimonial, sexual, profissional, etc. (JAGOE, 1998; BADINTER, 1986).

Essas colocações corroboram o raciocínio de Foucault (1999), ao afirmar que:

O louco seria aquele que está excluído dos quatro principais domínios da vida social, como a esfera do trabalho, ou da produção econômica; o campo da linguagem e fala; a sexualidade e família, bem como as atividades lúdicas e festas [...] escapa das regras compartilhadas coletivamente (FOUCAULT, 1999. pp. 259-263).

O supracitado filósofo endossa a relevância desta pesquisa, cujo propósito central é discutir a loucura feminina enquanto construção social, ou melhor, como subterfúgio para o silenciamento – exclusão do campo da linguagem e fala – e cerceamento de direitos sociais da mulher – ocupando um lugar marginal [...] escapa das regras compartilhadas coletivamente – (FOUCAULT, 1999. pp. 259-263).

Considerando que a finalidade da revisão bibliográfica é “circunscrever o problema de pesquisa dentro de um quadro de referência teórico para explicá-lo”, foi realizado nos sites do *Google Acadêmico* e do *Scientific Electronic Library Online – SCIELO*, um breve levantamento e a conseguinte seleção de artigos, dissertações e teses (vide tabela 01 na página subsequente) publicados sobre a loucura feminina, utilizando como principais filtros: o idioma da Língua Portuguesa e o recorte temporal compreendido entre os anos de 2007 a 2017. Cabe frisar, no entanto, que o recorte temporal de uma década mostrou-se indispensável, pois direcionando um olhar mais atento às publicações disponíveis no interstício dos últimos cinco (05) anos, pôde-se constatar certa escassez de referenciais voltados ao propósito desse trabalho, isto é, investigações científicas cujo objeto de estudo fosse a doença mental analisada enquanto construto social, ou melhor, como subterfúgio para o silenciamento e respectivo cerceamento dos direitos sociais da mulher.

Dessa forma, no presente levantamento bibliográfico foram utilizados, além dos citados filtros de busca, as seguintes expressões e palavras-chaves: *loucura*, *loucura feminina*, *loucura social*, *sanidade feminina* e *saúde mental*, em ambos os sites. Desse modo, ao digitar a palavra *loucura* na plataforma do *Google Acadêmico* foram apresentados cerca de 24.200 títulos dos mais diversos gêneros textuais e suportes (livros, revistas, documentários, monografias, artigos, teses e dissertações). Contudo, na tentativa de restringir o emprego de tal vocábulo para o âmbito pretendido, neste caso, estudos voltados ao gênero feminino, recorreu-se à aplicação de um novo filtro, ou seja, ao emprego da expressão *loucura feminina*, com isso houve uma redução considerável, um decréscimo de 8.900 obras, resultando em 15.300 documentos. Entretanto, como o objetivo era analisar somente materiais acadêmicos, especialmente, artigos, dissertações e/ou teses resultantes de investigações científicas (mestrado e doutorado), uma nova estratégia de busca foi usada, então, a citada expressão foi escrita entre aspas, o que reduziu o referido montante para apenas 170 (cento e setenta) publicações.

Dando continuidade ao processo de seleção, realizou-se uma leitura atenta dos títulos das 170 (cento e setenta) publicações apresentadas no mencionado site, desse modo,

foram sendo excluídos os livros, os trabalhos de conclusão de curso (monografias) e as resenhas bibliográficas, tendo em vista que muitos destes referenciais abordavam as diferentes representações da loucura em obras literárias ou próprias da teledramaturgia (poemas, romances, filmes, dentre outros). Com a exclusão destes materiais, foram selecionados cerca de 20 (vinte) artigos, visto que estabeleciam certa aproximação com o objeto de estudo pleiteado.

Cumprido ressaltar que as descritas estratégias para a seleção dos referenciais foram aplicadas, também, no portal do SCIELO. Desse modo, constatou-se a publicação de 211(duzentos e onze) documentos, nos últimos dez anos, relacionados à temática da *loucura* (de forma geral), entretanto, verificou-se a existência de apenas três obras relativas ao tema *loucura feminina*. Vale ressaltar, ainda, que mesmo utilizando os demais termos de busca: *loucura social*, *sanidade feminina* e *saúde mental*, em ambos os sites, houve pouquíssima alteração nos títulos dos materiais apresentados, ou seja, eram listadas, praticamente, as mesmas referências. Sendo assim, foram escolhidos, somente, dois (02) artigos e uma tese de doutorado (ilustrados na tabela 01, vide página) para a análise pretendida.

Cumprida a fase de seleção e arquivamento das obras (total de 22 artigos científicos e 01 tese de doutorado), iniciou-se a etapa de leitura analítica desses documentos e a elaboração de uma matriz de referência. Nesta os textos foram organizados a partir dos seguintes tópicos: título, autoria, gênero textual, ano de publicação, objetivos, metodologia, resumo e conclusão. Com a construção desses dados, notou-se que alguns referenciais não coadunavam com o objeto de estudo proposto, por isso foram excluídos. Ao final dessa etapa, restaram 08 (oito) artigos e a tese de doutoramento, os quais compuseram as considerações traçadas nesta revisão bibliográfica (apresentada no último capítulo desta pesquisa). Cabe ressaltar, no entanto, que os materiais descartados da mencionada revisão serviram de embasamento teórico para o entendimento da temática ora pesquisada.

Desse modo, realizou-se uma análise interpretativa dos fatos pesquisados, a qual segundo Creswell (2007. pp.186-187) inclui a identificação de temas ou categorias, tirar conclusões sobre seu significado pessoal e teoricamente, isto é, o/a pesquisador/a precisa filtrar os dados através de uma lente individual situada em um momento sociopolítico e histórico específico. Em concordância com este pressuposto, a pesquisa ora descrita, organizou-se a partir de cinco estágios (COOPER 1984 *apud* MOREIRA; CALEFFE, 2006. p.30), a saber: a formulação do problema (já citado); seleção dos textos (artigos, teses

e dissertações nos portais do *Google Acadêmico* e *SCIELO*); avaliação dos textos (para determinar a pertinência ou não da inclusão dos mesmos); análise e interpretação (revisão crítica das informações coletadas nas referidas fontes) e a redação (contendo a introdução, o corpo textual, o resumo e as conclusões).

A seguir apresenta-se a tabela contendo os textos selecionados nesta revisão bibliográfica.

Tabela-01. Referenciais extraídos das plataformas online *Google Acadêmico* e *SCIELO*.

TÍTULO	GÊNERO TEXTUAL	AUTORIA	FONTE	ANO
<i>A loucura, o demônio e a mulher: sobre a construção de discursos no mundo medieval.</i>	Artigo	Jarbas Dametto; Rosimar S. S. Esquinsani	Google Acadêmico	2017
<i>Entre loucos e manicômios: história da loucura e a reforma psiquiátrica no Brasil.</i>	Artigo	Mariana L.R. Figueirêdo; Dalnei Minuzzi Delevati; Marcelo Góes Tavares	Google Acadêmico	2014
<i>As aparências enganam: aspectos da construção da loucura feminina no Recife dos anos 1930-1945</i>	Tese	Maria Concepta Padovan	SCIELO	2012
<i>Entre lírios e delírios: igualdade de gênero em saúde mental</i>	Artigo	Raphael Henrique Travia; Vanessa Luíza T. Jardim; Angela Morel Nitschke	SCIELO	2012
<i>Loucura Feminina no Asilo Espírita “Discípulos de Jesus” de Penápolis (1935-1945)</i>	Artigo	Carlos Eduardo M. Peters	Google Acadêmico	2012
<i>Loucura e Gênero no Hospital Nacional de Alienados (1920-1930)</i>	Artigo	Priscila Céspedes Cupello	Google Acadêmico	2010
<i>Mulheres e loucura: questões de gênero para a psicologia clínica</i>	Artigo	Valeska Zanello	Google Acadêmico	2010
<i>Loucura Feminina: doença ou transgressão social</i>	Artigo	Jacqueline S. A. Machado Regina Célia L. Caleiro	Google Acadêmico	2008
<i>A doença mental feminina em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil.</i>	Artigo	Cristiane T. de Deus Virgili Vasconcellos; Silvio J. L. Vasconcellos	SCIELO.	2007

Fonte: Material produzido pela pesquisadora, em 20/02/2018.

Os estágios citados anteriormente correspondem às principais estratégias que a pesquisadora adotou como guia para conduzir os procedimentos dessa ação investigativa, ou seja, a coleta, a análise e a comunicação dos dados construídos (CRESWELL, 2007. p.187). Sendo assim, o estudo ora apresentado utilizou como procedimento de construção dos dados a análise de conteúdo, haja vista que se buscou “conhecer aquilo que está por trás das palavras sobre as quais se debruça” (BARDIN, 2006, p.44), neste caso, os conceitos de loucura atribuídos à mulher.

Diante das considerações acima, faz-se oportuno destacar que a citada pesquisa respeita os preceitos éticos em relação à legitimidade das informações, além da publicização dos dados construídos através de apresentação pública ao centro acadêmico, cópia (impressa e/ou PDF) disponibilizada para a biblioteca do Centro de Artes, Humanidades e Letras – CAHL da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB, assim como, a submissão do material produzido em eventos, a exemplo de congressos e seminários, além de revistas, cujas abordagens versem sobre a temática estudada.

3. LOUCURA: PROCESSO SÓCIO-HISTÓRICO

No presente capítulo pleiteia-se traçar algumas análises acerca dos principais conceitos do que se convencionou denominar loucura. Desse modo, serão apresentadas considerações que versam sobre as representações sócio-históricas do processo de construção-desconstrução-reconstrução de tais concepções ao longo do tempo.

Compreender o que se subtende por loucura, ou melhor, identificar os variados conceitos atribuídos a essa condição humana, configura-se uma tarefa árdua, por vezes, desestimulante, haja vista que, no transcorrer da história, tal condição foi associada aos comportamentos ditos desviantes, estes imputados às pessoas em situações de improdutividade, mendicância, desemprego, prostituição e/ou alcoolismo, isto é, aqueles/as considerados/as como perturbadores/as da ordem social, cuja punição era o encarceramento, pois de acordo com Foucault (1972/2004):

Na história do desatino, ela [a internação] designa um momento decisivo: o momento social em que a loucura é percebida no horizonte social da pobreza, da incapacidade para o trabalho, da impossibilidade de integrar-se no grupo; o momento em que começa a inserir-se no texto dos problemas da cidade. As novas significações atribuídas à pobreza, a importância dada à obrigação do trabalho e todos os valores éticos a ele ligados determinam a experiência que se faz da loucura e modificam-lhe o sentido (FOUCAULT, 1972/2004, p.78).

No contexto retratado pelo referido filósofo, torna-se evidente que não havia um conceito próprio à loucura, ou seja, não se atribuía esse vocábulo à concepção de enfermidade física, tampouco de doença oriunda de perturbações emocionais ou transtornos psíquicos. Todavia, era atrelada aos desvios dos padrões morais e sociais cometidos pelos indivíduos, notadamente, aqueles/as pertencentes às camadas mais pobres da sociedade. Assim, os/as “loucos/as” eram contidos/as, ou melhor, internados/as para receber a “justa punição e o consequente benefício” por não perturbarem a ordem nem os bons costumes, internação esta que nas palavras de Michael Foucault (1997) se justifica:

[...] num indissociável equívoco, a título de benefício e a título de punição. É ao mesmo tempo recompensa e castigo, conforme o valor moral daqueles sobre quem é imposto. Até o final da era clássica, a prática da internação será considerada um equívoco: ela terá essa estranha convertibilidade que a faz mudar de sentido conforme o mérito daqueles a quem se aplica. (FOUCAULT, 1997, p. 61).

Cumpramos ressaltar que as internações aludidas nesta citação de Foucault (1997) eram realizadas por intervenção da Igreja, ou seja, os/as internos/as eram resguardados/as em locais como conventos. Nestas instituições, na maioria das vezes, situadas em locais distantes dos centros urbanos e totalmente afastadas do convívio com pessoas que não pertencessem à ordem religiosa, os/as considerados/as doentes mentais (loucos/as) além de terem seus bens materiais confiscados, eram submetidos/as a situações constrangedoras, a exemplo da Regra Beneditina descrita por Goffman (1974):

Para dormir, devem ter apenas um colchão, um cobertor, uma colcha e travesseiro. Essas camas devem ser frequentemente examinadas pelo abade, deve ser severamente castigado. E para que esse vício de propriedade particular possa ser completamente eliminado, todas as coisas necessárias devem ser dadas pelo abade: capuz, túnica, meias, sapatos, cinto, faca, caneta, agulha, lenço e tabuletas para a escrita. Assim, é possível eliminar todas as queixas de necessidades (GOFFMAN, 1974, p.28).

Essas situações de constrangimento e castigos físicos impostos aos/às internos/as, de acordo como o citado autor, perduraram por toda Era Moderna, quando teve início a fundação de asilos, hospitais médicos e psiquiátricos geridos pelo Estado. Assim, a loucura passa a ser concebida como enfermidade mental, cujo tratamento, ainda, exigia a exclusão do/a paciente do seu convívio social. Todavia, esse reconhecimento do/a louco/a enquanto enfermo mental não suprimiu o estabelecimento da antiga contradição, ou seja, o benefício de receber tratamento clínico-hospitalar atrelado à consecutiva punição, neste caso, a privação da liberdade, pois como ressalta Birman (1992 apud FROTA, 2009):

[...] na virada para o século XIX, o louco foi considerado enfermo, passando a receber assistência e tratamento, sob a proteção do Estado, como resultado dos direitos elementares de cidadão. No entanto, a partir desse mesmo discurso de enfermidade mental foi autorizada sua exclusão e destituição de direitos sociais, conseqüentemente de cidadania plena (BIRMAN, 1992 apud FROTA, 2009, p.14).

A destituição de direitos sociais e da conseguinte cidadania desses/as enfermos/as mentais culmina no que Goffman (1974) denominou de mortificação do eu, pois:

Na linguagem exata de algumas de nossas mais antigas instituições totais, começa uma série de rebaixamentos, degradações, humilhações e profanações do eu. O seu eu é sistematicamente, embora muitas vezes não intencionalmente, mortificado [...] Os processos pelos quais o eu da pessoa é mortificado são relativamente padronizados nas instituições totais (GOFFMAN, 1974, p.24).

Essa mortificação do eu propagada pelas instituições totais colocam o/a louco/a numa condição social diferenciada dos demais cidadãos, uma vez que:

[...] a partir do Estado e sob custódia de um recente discurso da medicina, assistencial e naturalista. A imagem da loucura passou a ser vista como exemplo de total perda da razão e o alienado deixou de ser considerado sujeito. O louco foi diferenciado dos demais cidadãos e não poderia [...] exercer sua vontade nem se apropriar de sua condição de liberdade. Não era, portanto, um cidadão propriamente dito, uma vez que sua condição de desrazão não o permitiria discernir as regras e pactos sociais. Os loucos herdaram, naturalmente, o internamento e tornaram-se titulares da exclusão (FOUCAULT, 1975/1994 apud FROTA, 2009, p.14).

Nota-se que a loucura, no contexto descrito acima, passa a ser vista como uma condição humana de “desrazão”. Condição esta que não permitia ao indivíduo exercer sua cidadania, tampouco usufruir de seus direitos sociais, políticos, econômicos, dentre outros, razão pela qual precisava ser custodiado pelo Estado e, uma vez, inserido nas instituições públicas, a exemplo de manicômios, via-se diante de um longo processo de perda de identidade, ou melhor, de mortificação social. Processo este iniciado a partir da sua admissão nas referidas instituições, pois:

Geralmente, o processo de admissão também leva a outros processos de perda e mortificação. [...] obter uma história de vida, tirar fotografia, pesar, tirar impressões digitais, atribuir números, procurar e enumerar bens pessoais para que sejam guardados, despir, dar banho, desinfetar, cortar os cabelos, distribuir roupas da instituição, dar instruções quanto a regras, designar um local para o internado (GOFFMAN, 1974 p.p.25-26).

Além da perda da identidade, muitos/as internos/as, segundo estudos realizados pelo sociólogo norte-americano Erving Goffman, eram submetidos/as a variadas formas de desrespeito à dignidade humana, dentre as quais constam:

O internado pode ser revistado até o ponto - muitas vezes descrito na literatura - de um exame retal. Posteriormente, durante sua estada, pode ser obrigado a sofrer exames em sua pessoa e em seu dormitório, seja de forma rotineira, seja quando há algum problema. Em todos esses casos, tanto o examinador quanto o exame penetram a intimidade do indivíduo e violam o território de seu eu. (GOFFMAN, 1974 p.35).

Outras formas de violação da dignidade humana impostas a estes/as pacientes são relatadas pelo supracitado cientista social, tais como: deixar o/a doente mental nu/a, colocá-lo/a numa sala com luz constantemente acesa, aplicar choque, privá-lo/a de materiais de higiene pessoal, bem como, fornecer uma alimentação restritiva (GOFFMAN, 1974). Atrocidades estas imputadas a todos, sem distinção de sexo, gênero, idade ou posição

social, contudo, as mulheres, certamente, sofriam as maiores degradações, pois como relata o referido antropólogo:

Em primeiro lugar, existe o funcionário do chuveiro que as obriga a se despirem, tira suas roupas, faz com que tomem banho de chuveiro e recebam suas roupas de prisão - um par de sapatos pretos de amarrar, com saltos baixos, dois pares de meias muito remendadas, três vestidos de algodão, duas anáguas de algodão, duas calças, e um par de soutiêns, Quase todos os soutiênses tão frouxos e são inúteis. Não recebem cintas e nem cintos [...] Nada mais triste do que ver algumas das prisioneiras obesas que, pelo menos, conseguiam parecer decentes no mundo externo diante da sua primeira imagem na situação de prisão (GOFFMAN, 1974 p. 29).

Diante do exposto, cabe salientar que muitos/as pacientes conseguiam resistir ao processo de internação e respectivo tratamento sendo encaminhados/as de volta aos seus lares. Entretanto, esse retorno não significava a recuperação da sua identidade anterior, passando assim, a ser visto/a como um/a outsider, isto é, carregando consigo o eterno estigma de louco/a, pois como sinaliza Goffman (1963/2004, p.34) “a estigmatização do indivíduo está associada com sua admissão a uma instituição de custódia, como uma prisão, um sanatório ou um orfanato”.

Mediante as considerações apresentadas até este momento, chega-se a conclusão de que, aparentemente, não existe consenso entre os/as especialistas e pesquisadores/as dessa temática – inclusive os/as estudiosos/as da Língua Portuguesa – quanto ao conceito de loucura, tendo em vista os diversificados empregos e usos desta palavra, ou seja, não há exatidão na definição deste vocábulo, o qual traz consigo variados sentidos. Prova disso, são as diferentes acepções identificadas em dicionários, a exemplo do Michaelis¹ que elenca os seguintes significados:

1.Doença mental caracterizada pela alienação total do indivíduo em relação aos fatos que lhe são pertinentes; 2. Ato, estado ou dito que revela falta de senso ou de juízo; maluquice, piração; 3. Extravagância no agir; 4.Paixão excessiva; 5.Procedimento que revela insensatez; 6.Tudo que está fora das regras da normalidade; 7. Entusiasmo exagerado ou insano; desatino, desvario. (LOUCURA, 2018).

Nesse sentido, nota-se que o termo loucura, do discurso popular ao vocabulário médico- hospitalar, foi – e continua sendo – construído-desconstruído-reconstruído a partir

¹ É uma marca de dicionários de língua portuguesa e estrangeira, publicado no Brasil pela editora Melhoramentos. Também há sob essa marca livros de gramática de diversos idiomas. O primeiro dicionário Michaelis foi criado no final do século XIX pela lexicógrafa alemã Henriette Michaelis, em colaboração com sua irmã Carolina Michaelis de Vasconcelos.

da observação dos padrões socialmente determinados, pois “a sociedade estabelece os meios de categorizar as pessoas e o total de atributos considerados como comuns e naturais para os membros de cada uma dessas categorias” (GOFFMAN, 1963/2004, p.5). Assim, aqueles/as que não se moldavam/moldam a esses padrões eram – ainda são – categorizados/as, ou melhor, estigmatizados/as como loucos/as.

Quanto às categorias ou aos estigmas, o já citado pesquisador Erving Goffman, sinaliza a existência de pelo menos três tipos nitidamente diferentes, sendo estes:

Em primeiro lugar, há as abominações do corpo - as várias deformidades físicas. Em segundo, as culpas de caráter individual, percebidas como vontade fraca, paixões tirânicas ou não naturais, crenças falsas e rígidas, desonestidade, sendo essas inferidas a partir de relatos conhecidos de, por exemplo, distúrbio mental, prisão, vício, alcoolismo, homossexualismo, desemprego, tentativas de suicídio e comportamento político radical. Finalmente, há os estigmas tribais de raça, nação e religião, que podem ser transmitidos através de linhagem e contaminar por igual todos os membros de uma família (GOFFMAN, 1963/2004, p.7).

Portanto, pode-se afirmar que a loucura e/ou o distúrbio mental configura-se como construtos sociais, noutras palavras: estigmas, estes por sua vez, estão presentes nos diferentes discursos que circulam socialmente.

No próximo capítulo são apresentadas algumas considerações sobre a relevância do movimento feminista para a inserção da mulher nos espaços públicos, bem como as relações de gênero que atravessam esses espaços, além da construção social da loucura feminina, isto é, o perfil identitário das mulheres denominadas “loucas”.

4. MULHER: IMPLICAÇÕES DE GÊNERO E LOUCURA

Faz-se primordial considerar, inicialmente, que a incorporação das mulheres nos espaços públicos, sobretudo no Brasil, deu-se através das lutas empreendidas pelo movimento feminista, haja vista que a partir dos anos setenta (século XX) tal movimento propôs a “igualdade nas relações delas com os homens, mediante mudança de valores, de comportamentos e de atitudes, em todas as esferas da vida humana” (ALBERNAZ, LONGHI, 2009.p.76), além disso:

Este movimento construiu novas formas de fazer política, novas teorias e novas maneiras de construir o conhecimento, na filosofia e na ciência. O resultado de tudo isso foi uma crítica profunda ao pensamento ocidental, tendo como consequência grandes mudanças nos comportamentos, na divisão do trabalho e nas emoções, que redefiniram lugares, papéis e valores para homens e mulheres (ALBERNAZ; LONGHI, 2009. p.76).

As afirmações contidas no excerto autorizam definir o movimento feminista, ou Feminismo, como um instrumento de transformação social, visto que proclamou a:

[...] ruptura na história das mulheres de sua condição milenar de dominação [...] possibilitou, sobretudo, uma mudança em suas vidas, em suas escolhas profissionais, em seus desejos e em suas relações amorosas que podem, hoje, seguir diferentes caminhos, não necessariamente traçados pelo que no século passado se anunciou como sendo a sua ‘natureza’ (ARÁN, 2003, pp.399-400).

Cabe salientar, no entanto, que a dominação imposta à mulher, embora tenha sofrido profunda ruptura, ainda persiste em muitas sociedades contemporâneas, tendo em vista os discursos misóginos vigentes nas mais diversas culturas. A manutenção destes discursos remonta períodos distintos da história humana, a exemplo da era medieval, época em que representantes do sexo feminino eram vítimas de diferentes formas de atrocidade, sobretudo, quando acusadas de bruxaria ou por, supostamente, compactuar com o demônio, sendo condenadas à morte em fogueiras, como afirmam Alves e Pitanguy (2007):

Existe, nessa perseguição às “feiticeiras”, um elemento claro de luta pela manutenção de uma posição de poder por parte do homem: a mulher, tida como bruxa, supostamente possuiria conhecimentos que lhe confeririam espaços de atuação que escapavam ao domínio masculino (ALVES, PITANGUY, 2007, p.21).

Domínio esse que se perpetuou ao longo da história — embora a denominada “caça às bruxas”, ou melhor, o verdadeiro genocídio já perpetrado contra o sexo feminino (ALVES, PITANGUY, p.21) tenha cessado no século XVIII — pois novas formas de

sujeição foram impostas às mulheres. Com a ascensão da burguesia, por exemplo, elas passaram de “bruxas” a “anjos do lar”, devido à valorização da maternidade e seu papel na família (JAGOE, 1998 *apud* SANTOS; PINHEIRO, 2016, p. 395), contudo, permaneciam encerradas no ambiente doméstico, desprovidas do direito “à vida pública, aos negócios, aos cargos políticos e de direção, à cultura, à educação [...] à sociabilidade”, visto serem “consideradas incapazes de governar a si mesmas e aos outros, devendo submeter-se à autoridade masculina, em casa e fora dela” (RAGO, 2004, p.35).

Na atualidade, embora ainda comprovem-se resquícios dessa ideologia, pode-se afirmar que as mulheres vêm conquistando, não só, maior visibilidade nos espaços públicos, como também, alcançando êxito na luta pela equidade de direitos entre os gêneros, tendo em vista que:

O “masculino” e o “feminino” são criações culturais e, como tal, são comportamentos apreendidos através do processo de socialização que condiciona diferentemente os sexos para cumprirem funções sociais específicas e diversas [...] Aprendemos a ser homens e mulheres e aceitar como “naturais” as relações de poder entre os sexos. (ALVES; PITANGUY, 2007, p. 55).

Ensino este que, aliás, precisa ser questionado e desnaturalizado, pois:

As questões de desigualdades de gênero, sexualidade, “raça” e classe (e a intersecção destas várias categorias multiplicando e complexificando as relações de poder) têm se constituído como um dos principais campos de força na demarcação da noção de um indivíduo normatizado (SCOTT et al 2009. p.15).

Nesse sentido, Albernaz e Longhi (2009, p.p.84-85) chamam a atenção para o fato de que as classificações culturais de gênero, no ocidente, vêm sendo usadas para legitimar a distribuição do poder entre as pessoas, isto é, detêm um poder de verdade que dificulta serem questionadas. Todavia, não podem ser aceitas como verdades indissolúveis, visto que, em conformidade com o “novo debate feminista [...] a hierarquia sexual não é uma fatalidade biológica e sim o fruto de um processo histórico [...] Sendo História, e não natureza, é passível de transformação” (ALVES; PITANGUY, 2007, p. 56). Transformação que, aliás, já começa a ser comprovada, a julgar pela inserção cada vez maior da figura feminina em profissões e/ou setores — cultural e historicamente — reconhecidos como próprios do homem, a exemplo do âmbito político, espaço no qual muitas mulheres têm assumido cargos importantes — tanto no Brasil quanto em diversos outros países — atuando, sobretudo, como gestoras (prefeitas, governadoras e/ou presidentas).

Observa-se, portanto, que houve mudança significativa no estereótipo feminino, até então, atribuído às mulheres. Estas, atualmente, distanciam-se cada vez mais do padrão normativo adotado pelas sociedades patriarcais², as quais ditam como paradigma da feminidade a identificação “com a maternidade e a esfera privada do lar, sonhar com um casamento indissolúvel e afeiçoar-se a atividades leves e delicadas, que exigem pouco esforço físico e mental” (RAGO, 2004, p. 31). Paradigma patriarcal com o qual muitas mulheres continuam se defrontando, pois mesmo tendo galgado espaços significativos na vida pública, seja atuando como políticas, legisladoras, executivas, empresárias, magistradas, ou em outras atividades profissionais, a maioria das representantes femininas permanece subalterna ao masculino, especialmente, no que tange aos rendimentos salariais, uma vez que:

Economicamente, homens e mulheres constituem como que duas castas; em igualdade de condições, os primeiros têm situações mais vantajosas, salários mais altos, maiores possibilidades de êxito que suas concorrentes recém-chegadas. Ocupam na indústria, na política, etc.; maior número de lugares e os postos mais importantes (BEAUVOIR, 1970, p.p.14-15).

Nota-se nas colocações de Beauvoir (1970) — mesmo transcorridas aproximadamente cinco décadas — que ainda persiste no mundo do trabalho formal certa disparidade econômica entre pessoas do sexo masculino e feminino, pois, embora desempenhem funções semelhantes e/ou ocupem cargos iguais, as mulheres, em relação aos homens, continuam recebendo salários mais baixos.

Diante do exposto, cabe ressaltar que a inserção da figura feminina nos espaços públicos, notadamente no mercado de trabalho, não trouxe consigo apenas a discrepância salarial entre homens e mulheres, mas resultou, também, noutras implicações ainda mais graves, expondo as desigualdades sociais de gêneros, principalmente, no que diz respeito à equidade de condições e de direitos. Dentre estas implicações, destaca-se o encarceramento de mulheres em manicômios e asilos, sob a acusação de apresentarem comportamentos desviantes do padrão normativo instituído pelo universo burguês ocidental (PETERS, 2010).

²“Na ordem patriarcal, a mulher deveria obedecer a pai e marido, passando da autoridade de um para a do outro através de um casamento monogâmico e indissolúvel” (SCOTT, 2013, p.16).

A seguir serão tecidas considerações acerca da *loucura feminina* enquanto construção social, sendo esta utilizada, na maioria das vezes, como justificativa para o cerceamento de direito e respectivo silenciamento da mulher.

4.1 O FEMININO NAS AMARRAS DA LOUCURA: DESEQUILIBRADAS? HISTÉRICAS? LOUCAS? AFINAL, QUEM SÃO ESSAS MULHERES?

A transição entre os séculos XIX e XX pode ser definida como um período marcado por variadas mudanças na organização social da época, haja vista a ascensão da burguesia, a expansão industrial e a conseguinte proletarização dos trabalhadores, além do surgimento das novas descobertas no âmbito da medicina e psiquiatria. Fatores estes que resultaram na instituição de padrões comportamentais impostos, particularmente, à mulher, reservando-lhe “um espaço social específico, o doméstico, onde poderia exercitar aptidões consideradas *naturais*: mãe, esposa, dona-de-casa” (PETERS, 2010, p.1).

Nesse contexto, segundo o historiador Carlos Eduardo Peters (2010, p.2) “a psiquiatria patologizou comportamentos femininos desviantes”, visto que “as doenças mentais, na perspectiva da nova ciência, poderiam gerar sintomas corporais”. Desta forma, as mulheres que lutavam por autonomia e recusavam-se a desempenhar os papéis tidos como *naturais*, apresentando conduta sexual inapropriada à sua condição feminina, eram diagnosticadas como *loucas*, sendo, na maioria das vezes, encarceradas em hospícios e segregadas nas famílias (PETERS, 2010, p.2).

Na perspectiva defendida pelo referido autor, percebe-se que a *loucura feminina* constituiu-se, enquanto diagnóstico/concepção, a partir do saber médico-psiquiátrico daquele período, o qual estava fortemente alicerçado na análise dos comportamentos preestabelecidos, ou melhor, no padrão idealizado para as mulheres, a saber: “o de boa mãe, filha e esposa, devidamente encarcerada na esfera privada do lar” (PETERS, 2010, p.4), tendo em vista que:

O papel social de mãe e esposa seriam os alicerces da condição natural e sagrada da mulher. Assim, os casos mais comuns de loucura feminina geralmente relacionavam-se a sexualidade *invertida*, independência de pensamento, recusa ao casamento, à maternidade e à família (PETERS, 2010, p.4).

O papel social feminino atrelado ao ideal de boa esposa e mãe devotada ao lar, também compôs o cenário patriarcal vigente no Brasil colônia, época em que “a independência da mulher não podia extravasar as fronteiras da casa, do consumo de bens e

ideias que reforçassem a imagem da mulher-mãe” (COSTA, 2004, *apud* MACHADO; CALEIRO, 2008, p.4). Desse modo, a loucura, na mulher caracterizava-se de acordo com o grau de distanciamento que ela apresentava frente ao seu papel social “esposa, dona de casa” e a sua condição natural “mãe sentimental e amorosa” (PETERS, 2010, p.5).

Faz-se necessário ressaltar que as concepções acerca da insanidade ou do nervosismo nas mulheres, refletem também os discursos médicos — vigentes no período citado — pois diferentes especialistas travaram verdadeiras disputas para produzir, não só, uma definição, como também, estabelecer as formas de tratamento dessas doenças. Assim, os ginecologistas acreditavam que os órgãos reprodutivos femininos eram os responsáveis por todas as enfermidades das mulheres, “inclusive as perturbações da mente”. Já os alienistas e neurologistas apontavam “as predisposições hereditárias e o sistema nervoso como sede das desordens mentais” (THERIOT (1993) *apud* ROHDEN, 2001 p.44).

Percebe-se, claramente, que os conceitos sobre a loucura, ou as denominadas perturbações mentais atribuídas às mulheres, foram elaborados — ao longo dos séculos XIX e XX — a partir de diagnósticos que apontavam a própria condição do sexo feminino como fator determinante para o desenvolvimento de tais doenças, ou seja, numa visão que naturalizava, e ainda naturaliza, a figura feminina como ser suscetível à insanidade. Percebe-se, ainda, que esses diagnósticos atendiam, satisfatoriamente, aos padrões de comportamento exigidos pela sociedade burguesa, pois ao transformar “a mulher em uma louca em potencial, que pode perder a razão em uma série de momentos, era possível desqualificar alguns de seus atos” (ROHDEN, 2001 p.145). Além disso, os estudos realizados por Fabíola Rohden (2001) apontam para o fato de que:

O peso desse tipo de diagnóstico médico bloqueia as especulações sobre os possíveis motivos conscientes, racionais, que poderiam levar as mulheres a esse tipo de comportamento desviante do padrão social. É interessante também que tanto o que caracterizaria a loucura como a natureza dos atos praticados estão relacionados com sexo, reprodução, maternidade. E em um outro nível, a predisposição às perturbações mentais é engendrado, além da hereditariedade, no contato com a esfera pública e as exigências de desenvolvimento intelectual (ROHDEN, 2001 p.145).

As afirmações da supracitada autora reforçam o caráter dominante do gênero masculino sobre o feminino, sobretudo, no que diz respeito aos padrões comportamentais, anteriormente descritos. Dominância que, até recentemente, não poderia ser confrontada pelas mulheres, uma vez que a insubordinação delas culminava em encarceramento, não só,

em suas próprias residências, como também, em instituições, a exemplo de asilos e hospícios, nos quais perdiam “toda a sua condição de sujeito, sua identidade, tornando-se submissas e sendo institucionalizadas não mais ofereciam perigo à sociedade ou a família” (MACHADO; CALEIRO, 2008, p.5).

Cabe salientar que este processo de encarceramento da mulher *louca*, por sua vez, reflete a política de higienização pública adotada pelo sistema governamental da época. Ao adotar a prática do encarceramento como forma de contenção, invisibilidade e silenciamento das mulheres em situação de suposta loucura, a família e/ou os médicos ferem, justamente, os princípios defendidos pela Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH, 1948), dentre os quais constam:

Artigo 3º Todo ser humano tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal.

Artigo 5º Ninguém será submetido à tortura nem a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante.

Artigo 6º Todo ser humano tem o direito de ser, em todos os lugares, reconhecido como pessoa perante a lei (DUDH, 1948, p.?).

Cumprido salientar que a adoção do processo de encarceramento da mulher *louca*, também, reflete a política de higienização pública adotada pelo sistema governamental da época, o qual, no ano de 1926, autorizou a criação da:

[...] Liga Brasileira de Higiene Mental – importante testemunho do pensamento psiquiátrico brasileiro. Finalmente, em 1934, o Decreto 24.559 promulgava a segunda Lei Federal de Assistências aos Doentes Mentais [...] determinando o hospital psiquiátrico como única alternativa de tratamento. (RAMMINGER, 2002, p. 114).

Quanto aos tratamentos médico-psiquiátrico dispensados às mulheres encerradas nos asilos e/ou manicômios, segundo os estudos de Cunha (1986) *apud* Pegoraro e Caldana (2008), consistiam basicamente na medicalização e na laborterapia, esta última:

[...] previa o trabalho obrigatório para cura e controle dos internos [...] aos homens, que necessitavam recobrar a razão, eram destinadas as atividades do campo, às mulheres cabia, independente de sua origem social ou experiências de vida e de trabalho, a execução de atividades ligadas à limpeza do ambiente, preparo de alimentos e à costura. Dessa forma, era esperado que, em ambiente que buscava reproduzir as atividades solicitadas à mulher num lar, esta pudesse voltar à normalidade. (CUNHA, 1998, *apud* PEGORARO; CALDANA, 2008, p. 86).

Nota-se que tal tratamento reproduzia e reafirmava a condição de subalternidade da figura feminina frente ao masculino, tendo em vista que as internas permaneciam reclusas e direcionadas ao trabalho doméstico.

No que tange ao tratamento através da medicalização — ainda recorrente nos dias atuais — a prática clínica, especialmente no Brasil, de acordo com a pesquisadora Valeska Zanello (2010), continua centrada na prescrição de calmantes (benzodiazepínicos), sendo o Diazepam o “medicamento” mais receitado pelos/as psiquiatras e/ou médicos/as para as pacientes com diagnósticos de transtorno mental. Essa prática clínica, segundo a referida autora, não leva em consideração as questões de gênero, uma vez que:

O Brasil, no processo de consolidação do SUS e da reforma psiquiátrica, criou os Centros de Atenção Psicossocial de Álcool e Drogas (CAPSad), cujos usuários são, em sua maioria, homens [...] O mesmo Sistema de Saúde oferece nos ambulatórios, e em suas farmácias, o Diazepam, cujo público é composto essencialmente de mulheres. O que esta diferença nos leva a pensar? [...]: o álcool é visto como um problema a ser resolvido porque coloca em xeque os papéis sociais masculinos. Isto é, interrompe o ciclo laboral, o rendimento, a virilidade esperada de um homem, em todos os âmbitos dos quais ele participa. Já o Diazepam é um “medicamento” que permite às mulheres continuarem cumprindo seu papel social: ser cuidadora dos filhos, do lar, aceitar a subjugação social e sexual a seus parceiros etc. Enfim, há uma perversidade no sistema, na qual as relações de gênero são tornadas invisíveis, apesar de exercerem importante papel na definição do próprio “transtorno” e em sua forma de tratamento. (ZANELLO, 2010, p.315).

Em consonância com os estudos de Valeska Zanello (2010), Ana Bernarda Ludermir (2008, p.452) chama a atenção para o fato de que a:

[...] causalidade da doença mental não se encontra numa determinada classe ou gênero, mas sim nas relações estabelecidas entre classes e gêneros, caracterizadas pela opressão e subordinação de um grupo por outro. As desigualdades sociais envolvem os principais sentimentos relacionados à depressão e a outros transtornos mentais, como humilhação, inferioridade, percepção de falta de controle sobre o meio e impotência. Observa-se, entretanto, que na perspectiva de classe e gênero, as necessidades sociais não são reconhecidas nos serviços de saúde, não se expressam nos diagnósticos formulados e a maioria dos profissionais não presta acolhimento adequado aos portadores de sofrimento mental (LUDERMIR, 2008, p.461).

Nessa mesma perspectiva, Santos (2009) também propõe que:

A experiência do sofrimento psíquico é construída socialmente e traz em si a conformação dos valores e normas de uma determinada sociedade e época histórica [...] parece ser algo extremamente individual, ou seja, a vivência de um conjunto de mal-estares no âmbito subjetivo, e também a vivência de cada um como mulher ou com o homem, expressa regularidades que são moldadas por uma dada configuração social (SANTOS, 2009, p.29).

Diante das considerações traçadas, até aqui, é possível concluir que “a doença mental caracteriza-se por uma determinação complexa que envolve dimensões econômicas, social, política e cultural, expressando-se diferentemente nas classes sociais e nas relações gênero” (LUDERMIR, 2008, p.452), pois:

Quando se perscrutam as causas estruturais das doenças mentais, na perspectiva de classe e gênero, percebem-se relações de subordinação e domínio, estabelecidas entre esses recortes sociais, que se expressam, sob a forma de sofrimento mental, de modo diferenciado entre esses grupos. Nessas relações estão imbricadas questões relativas a poder, privilégio e equidade (LUDERMIR, 2008, p. 461).

Sendo possível afirmar, ainda, que a loucura feminina é um construto social, cuja finalidade foi atender aos padrões héteros-normativos instituídos pela sociedade burguesa, sobretudo, no final do século XIX e início do XX, numa tentativa clara de silenciar as vozes femininas que lutavam pela emancipação de direitos da mulher.

No tópico subsequente apresentam-se as análises dos referenciais bibliográficos adquiridos nos supracitados sites de busca (vide tabelas 02 e 03), estabelecendo as aproximações e os contrapontos entre estas produções acadêmicas e a presente pesquisa.

5. DOSSIÊ DAS LOUCAS : ANALISANDO OS DADOS DOCUMENTADOS

Neste tópico serão apresentadas as considerações tecidas a partir do estudo individual dos referenciais elencados nas tabelas abaixo. Desse modo, e para melhor compreensão dos/as leitores/as, em cada tabela constam dados concernentes: à autoria, ao tipo de publicação científica, ao ano de edição, ao portal onde se encontra disponível para consultas, além do descritor de busca aplicado e um breve resumo. Cabe ressaltar que as análises transcorrem mediante a organização cronológica das obras relacionadas a seguir.

Tabela-02. Referenciais extraídos da plataforma online *Google Acadêmico*.

REFERÊNCIA	RESUMO	DESCRITOR
<i>A loucura, o demônio e a mulher: sobre a construção de discursos no mundo medieval.</i> Jarbas Dametto; Rosimar S. S. Esquinsani Google Acadêmico – Artigo/2017	<i>Analisa alguns dos sentidos e interpretações vinculadas a loucura na cultura ocidental, em especial no mundo medievo.</i>	<i>Loucura feminina</i>
<i>Entre loucos e manicômios: história da loucura e a reforma psiquiátrica no Brasil.</i> Mariana L.R. Figueirêdo; Dalnei Minuzzi Delevati; Marcelo Góes Tavares Google Acadêmico – Artigo/2014	<i>Discute a história da loucura, o surgimento dos manicômios/hospitais psiquiátricos, movimentos contra a estruturação da Reforma Psiquiátrica, as concepções acerca da loucura na atualidade.</i>	<i>Loucura</i>
<i>Loucura Feminina no Asilo Espírita “Discípulos de Jesus” de Penápolis (1935-1945)</i> Carlos Eduardo M. Peters Google Acadêmico- Artigo/2012	<i>Reflete acerca das representações da loucura feminina em uma instituição espírita de Penápolis, São Paulo (1935-1945).</i>	<i>Loucura feminina</i>
<i>Loucura e Gênero no Hospital Nacional de Alienados (1920-1930)</i> Priscila Céspedes Cupello Google Acadêmico- Artigo/2010	<i>Estuda os embates teóricos no campo médico-psiquiátrico da prevalência do diagnóstico de histeria para o de loucura maníaco-depressiva em mulheres internas no HNA.</i>	<i>Loucura feminina</i>
<i>Mulheres e loucura: questões de gênero para a psicologia clínica</i> Valeska Zanello Google Acadêmico – Artigo/2010	<i>Interpreta os dados epidemiológicos relacionados à depressão e à ansiedade e as implicações dessa releitura para a prática da psicologia clínica.</i>	<i>Loucura</i>
<i>Loucura Feminina: doença ou transgressão social</i> Jacqueline S. A. Machado Regina Célia L. Caleiro Google Acadêmico – Artigo/2008.	<i>Trata da constituição da Psiquiatria no Brasil estabelecendo um contraponto demarcado pela racionalidade moderna com a mulher normal ou normatizada.</i>	<i>Loucura feminina</i>

Fonte: Material produzido pela pesquisadora, em 20/02/2018.

Seguindo a cronologia expressa na Tabela-02, a primeira obra analisada refere-se ao artigo *A loucura, o demônio e a mulher: sobre a construção de discursos no mundo medieval*, da autoria de Jarbas Dametto e Rosimar Serena Siqueira Esquinsani (2017). Trata-se de uma revisão de literatura centrada em referenciais que analisam algumas das principais interpretações e sentidos atrelados à loucura na cultura ocidental, sobretudo, na era medieval. Para tanto, os pesquisadores recorreram ao método analítico-reconstrutivo, isto é, à construção de uma bibliografia temática para produzir uma abordagem acerca das “possíveis ligações entre as relações de gênero, a experiência feminina, os discursos pronunciados sobre a loucura e os modos como tais enunciados reforçavam as relações de poder e sujeição entre os sexos na Idade Média” (p.190).

Ao aportar noutros estudos cujas temáticas abordam a loucura numa trajetória histórica, os autores destacam certas concepções, ideias e procedimentos relacionados a essa problemática, especialmente, no que tange às “relações de gênero e/ou da história com foco no mundo medieval”. Desse modo, Dametto e Esquinsani concluem o estudo salientando que tanto na Idade Média, quanto em meados da Idade Moderna a loucura foi considerada como argumento para uma espécie de “limpeza de gênero”, ou seja, como punição ao “o comportamento indesejado ou excêntrico, muitas vezes fruto do sofrimento individual e das dificuldades sociais” (p.202) enfrentadas por muitas mulheres e que “serviram de pretexto para a afirmação de um parâmetro falocêntrico de normalidade, considerada a partir de valores morais, políticos e econômicos vigentes” (p.202).

Traçando um paralelo com a citada obra e o objeto de estudo desta pesquisa, nota-se que ambos têm em comum a metodologia adotada, isto é, trata-se de estudos documentais, ou melhor, levantamentos bibliográficos (revisão da literatura) para a construção e/ou entendimento de um dado conceito, neste caso, a loucura feminina. Contudo, o recorte temporal do referido artigo distancia-se do período selecionado neste trabalho, embora o foco de análise seja o mesmo.

A próxima análise refere-se ao artigo intitulado *Entre loucos e manicômios: história da loucura e a reforma psiquiátrica no Brasil*, produzido por Mariana Lima de Rolemberg Figueirêdo em parceria com Dalnei Minuzzi Delevati e Marcelo Góes Tavares, sendo disponibilizado no site do *Google Acadêmico*, em 2014. A proposta dos citados autores foi discutir a história da loucura, bem como, o surgimento dos manicômios/hospitais psiquiátricos em solo nacional, além de situar os movimentos da Reforma Psiquiátrica no Brasil e as concepções acerca da loucura na atualidade.

Contextualizando historicamente a trajetória da construção social da loucura em terras brasileiras, os respectivos pesquisadores sinalizam que ainda existe uma enorme lacuna a ser preenchida para que haja, de fato, a desconstrução social deste conceito, sobretudo, porque “o modelo das clínicas e dos manicômios/hospitais psiquiátricos” (p.133) dificultaram, e continuam dificultando, “o reconhecimento da cidadania daqueles considerados “loucos” e que necessitam de um tratamento mais humanizado” (p.133). Sinalizam, também, a necessidade e a relevância de se efetuar debates acerca do “significado de loucura para a sociedade contemporânea”, visto que, embora, a Reforma Psiquiatria brasileira tenha promovido transformações significativas no funcionamento do tratamento psiquiátrico no país, percebe-se que a mesma “não conseguiu modificar totalmente a concepção e as representações sociais antiquada de loucura” (p.133).

A seleção deste referencial foi de suma importância para o entendimento da loucura enquanto construto social, objeto de estudo pleiteado nesta revisão bibliográfica. Todavia, cabe ressaltar que o viés analisado pelos citados escritores reporta-se a uma visão geral do tema, isto é, não aborda a problemática a partir do recorte de gênero, razão pela qual se diferencia do objetivo aqui proposto.

Continuando o processo analítico das demais obras, anteriormente elencadas, apresentam-se, a seguir, as considerações tecidas em relação ao texto elaborado por Carlos Eduardo Marotta Peters, em 2012, sob o título de *Loucura feminina no Asilo Espírita “Discípulos de Jesus” de Penápolis (1935-1945)*. Um artigo cujo objetivo é proporcionar aos leitores a reflexão sobre as representações da loucura feminina em uma instituição espírita situada em Penápolis no estado de São Paulo. Para isso, o autor recorreu à análise documental em fontes como prontuários, nos quais eram registrados os dados pessoais das pacientes. Assim, através destes registros “as concepções de *loucura* feminina e as práticas de cura do asilo puderam ser reconstruídas” (p.4).

Segundo este estudo, a exemplo dos outros trabalhos acima descritos, a *loucura* sempre esteve associada às questões de ordem social, a haja vista que a desobediência e/ou supostos desvios dos padrões de moralidade e comportamento socialmente instituídos rendia aos cidadãos e às cidadãs o estigma de *louco/a*. Estigma este que, na mulher, era “maior ou menor de acordo com o grau de distanciamento que ela apresenta frente a seu papel social (esposa, dona de casa) e a sua condição natural (mãe sentimental e amorosa)” (p.5).

Embora o objeto de estudo do mencionado autor estabeleça aproximação com o propósito desta pesquisa, fica evidente alguns aspectos que os distancia, sobretudo, no tocante ao recorte temporal, fontes documentais e perspectiva analítica, visto que Peters propôs-se ao entendimento das *representações da loucura feminina* num lócus específico, isto é, numa instituição de cunho religioso, e não, à análise da construção social da loucura como subterfúgio para o silenciamento e cerceamento dos direitos sociais da mulher.

Dando prosseguimento às análises dos referenciais, tem-se o artigo realizado por Priscila Céspedes Cupello, em 2010, com o título de *Loucura e Gênero no Hospital Nacional de Alienados (1920-1930)*. Neste a autora não explicita a sua metodologia de pesquisa, entretanto, nota-se a semelhança com o método do estudo de caso, considerando o lócus e o público específico, neste caso, mulheres que eram internadas no HNA. Internações estas que se tornam seu objeto de interesse, haja vista o intuito de pesquisar os embates teóricos travados no âmbito médico-psiquiátrico ocorridos, sobretudo, nos anos de 1920, quando houve acentuada mudança dos diagnósticos de histeria para o de loucura maníaco-depressiva em representantes do sexo feminino internas no referido hospital.

A citada pesquisadora chama a atenção para o fato de que, na primeira metade do século XX, no “caso estudado [...] a medicina mental e as relações de gênero continuassem a andar de braços dados na interpretação do desvio como psicopatologia” (p.10), ou seja, a mulher que não se submetesse aos ditames sociais da época, na maioria das vezes, era diagnosticada como portadora de loucura, desta feita, numa nova nomenclatura: a maníaco-depressiva.

Nessa perspectiva, o trabalho de Cupello aproxima-se das discussões traçadas pelos/as demais pesquisadores/as já mencionados/as, bem como, da proposta dessa revisão bibliográfica, pois aborda a loucura pelo viés das disparidades de gênero numa sociedade tipicamente patriarcal, isto é, expõe o cerne da patologização do comportamento feminino desviante enquanto doença mental.

Falando-se em patologização do comportamento feminino, tido como desviante dos padrões socialmente impostos, faz-se oportuno destacar o estudo realizado por Valeska Zanello (2010), intitulado *Mulheres e loucura: questões de gênero para a psicologia clínica*, no qual a autora, através da análise de algumas narrativas de pacientes, constata o interesse médico em identificar os sintomas comumente atribuídos às doenças de ordem emocional e/ou psicológica, a exemplo da depressão e a ansiedade, cujo tratamento oferecido resume-se a prescrição de antidepressivos, pois “medicalizar seria transformar

aspectos da vida cotidiana em objeto da medicina, para assegurar a conformidade às normas sociais.” (ZANELLO, 2010. p.312), desconsiderando que “o sofrimento psíquico seria compreendido como resultado de condições e papéis sociais, de relações de gênero e da pressão disso sobre o sujeito” (ZANELLO, 2010. p.310).

Em suas conclusões, a referida pesquisadora salienta a necessidade dos/as psicólogos/as tornarem-se mais sensíveis aos aspectos apresentados no sofrimento psíquico, além de considerarem as relações de gênero como relevantes para o seu diagnóstico e tratamento, visto que ambos são “atos políticos da maior importância, que podem levar tanto a uma validação e reafirmação da violência estrutural vigente (do *status quo*), quanto a uma reformulação das políticas públicas para a saúde mental”. (ZANELLO, 2010. p.316). Embora o objeto de estudo da autora não seja, explicitamente, a loucura como construto social, suas considerações aproximam-se desta perspectiva, sendo este o principal fator de sua seleção para compor a análise ora pleiteada.

Encerrando esta primeira etapa da análise documental, apresenta-se o artigo *Loucura feminina: doença ou transgressão social?* Da autoria de Jacqueline Simone de Almeida Machado e Regina Célia Lima Caleiro, publicado em 2008. Neste as pesquisadoras abordam questões direcionadas ao entendimento acerca da constituição da Psiquiatria no Brasil, versando, ainda, sobre as representações sociais reservadas aos espaços femininos, assim como, a condição de alienada e o estigma da loucura atribuído às mulheres.

Trata-se de uma pesquisa de cunho bibliográfico, na qual foi possível perceber a variação ocorrida na concepção de loucura, o que na visão das autoras deve-se ao fato dos comportamentos das mulheres serem considerados como “sintomas”, que por sua vez oscilam de acordo com o contexto, ou seja, para atender aos interesses culturais, políticos e sociais. Na literatura analisada, Machado e Caleiro (2010) observaram que a maior parte das representantes do sexo feminino, estereotipada como “loucas”, apresentava comportamento considerado “desviante” do padrão normativo. Assim, elas pontuam que a “loucura feminina foi, e talvez ainda seja, muito mais uma questão de transgressão social ou moral do que uma doença mental” pois “sua identidade foi construída através do discurso dos detentores do poder, seja ele político, religioso, médico, jurídico ou familiar.” (MACHADO; CALEIRO, 2010. p.7), neste caso, um subterfúgio para silenciá-las e excluí-las do convívio em sociedade, considerando que “o estigma da loucura é irreversível”.

Em suas considerações finais as supracitadas pesquisadoras salientam que a problemática em torno do tema “mulher e loucura” é também de cunho social, tendo em vista as relações de gênero, étnicas, religiosas e morais daí advindas. Além disso, concluem que para compreender a loucura feminina, faz-se indispensável a (re)escrita desta história, tomando-se como “referência os valores sociais e culturais da época e as representações sociais da mulher nesse contexto” e, acima de tudo, assegurar relevância aos discursos das próprias *insanas*.

Apresentam-se a seguir as abordagens traçadas em relação aos documentos adquiridos na plataforma do SCIELO (vide tabela 03).

Tabela-03. Referenciais extraídos da plataforma online SCIELO.

REFERÊNCIA	RESUMO	DESCRITOR
<i>Entre lírios e delírios: igualdade de gênero em saúde mental</i> Raphael Henrique Travia; Vanessa Luiza T. Jardim; Angela Morel Nitschke SCIELO – Artigo/2012	<i>Pretende conhecer a realidade de vida das mulheres com transtorno mental e suas implicações no contexto social.</i>	<i>Saúde Mental</i>
<i>As aparências enganam: aspectos da construção da loucura feminina no Recife dos anos 1930-1945</i> Maria Concepta Padovan SCIELO – Tese/2010	<i>Visa analisar a utilização de teorias da biotipologia, testes de inteligência e personalidade, nos fundamentos e práticas psiquiátricas pernambucanas, durante as décadas de 1930-1945.</i>	<i>Saúde Mental</i>
<i>A doença mental feminina em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil.</i> Cristiane T. de D. V. Vasconcellos; Silvio J. L. Vasconcellos SCIELO – Artigo/2007	<i>Descreve como as mulheres consideradas loucas eram identificadas e tratadas no período de 1870 até 1910, em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil.</i>	<i>Sanidade Mental</i>

Fonte: Material produzido pela pesquisadora, em 20/02/2018.

Dando início à segunda fase desse estudo bibliográfico, apresenta-se o artigo nomeado *Entre lírios e delírios: igualdade de gêneros em saúde mental*, escrito em 2012 por Raphael Henrique Travia, Vanessa Luiza Tuono Jardim e Angela Morel Nitschke, cujo intuito foi tecer considerações sobre os preconceitos que ainda envolvem as doenças mentais, bem como, acerca das desigualdades entre os gêneros que permeiam a realidade de vivida pelas mulheres diagnosticadas com transtorno mental e suas implicações no contexto social.

Esse artigo é o resultado de uma pesquisa qualitativa desenvolvida pelos citados escritores através de observação direta e entrevista semiestruturada com algumas usuárias do Centro de Atenção Psicossocial III - CAPS, localizado em Joinville-SC. Trata-se,

aparentemente, de um estudo de caso, no qual os pesquisadores sinalizam a existência de transtornos, nestas pacientes, tais como: a bulimia, a anorexia, a depressão e a variação de humor relacionada ao pós-parto e à menopausa. Sinalizam também a influência dos fatores sociais: casamento, mercado de trabalho e os estereótipos de beleza predeterminados pelas mídias como alguns desencadeantes desses distúrbios.

Um dado relevante neste estudo refere-se às desigualdades observadas nas relações de gênero, sobretudo, no tocante ao cuidado das pacientes, por parte de seus cônjuges e/ou familiares, pois se é o marido quem adoece, a esposa, na grande maioria dos casos, acompanha-o no tratamento e cuida dele. Entretanto, sendo a mulher acometida por algum dos transtornos citados anteriormente, é bastante comum que o parceiro a abandone, chegando a aumentar a jornada de trabalho para não encarar a doença. Deste modo, os pesquisadores perceberam que os maridos, neste contexto, ora são idolatrados, ora odiados, pois estes se configuram como personagens centrais das vidas dessas mulheres.

Prosseguido com as abordagens acerca das publicações extraídas do supracitado site de pesquisa, tem-se a tese de doutoramento produzida por Maria Concepta Padovan, em 2010, intitulada *As aparências enganam: aspectos da construção da loucura feminina no Recife dos anos 1930-1945*, a qual objetivou analisar a aplicação de teorias da biotipologia, assim como, dos testes de inteligência e personalidade nas práticas psiquiátricas desenvolvidas em Pernambuco, no supracitado período, observando o comportamento social resultante dessas ações tanto para pacientes quanto seus familiares.

Quanto à metodologia adotada a autora recorreu à análise documental, utilizando como principal fonte os prontuários médicos de pacientes internadas no Hospital de Alienados do Recife. Neste estudo a pesquisadora aponta que a loucura foi sendo construída a partir das estruturas morfológicas do corpo (biotipologia), ou seja, havia caracteres físicos concebidos, por uns poucos especialistas, como fatores determinantes dos comportamentos psicológicos e sociais. Assim, a doença mental firmava-se enquanto “distúrbio com características morais e comportamentais específicas [...] era, antes de tudo, a incompreensão social de um viver de forma “alternativa” ao que a sociedade esperava, ou de um almejar mais do que a época permitia para um determinado grupo” (PADOVAN, 2010).

No que tange às conclusões de sua tese, Maria Concepta chama a atenção para o fato de que novas ações investigativas precisam ser produzidas no sentido de evitar a retratação das pessoas portadoras desse tipo de quadro psicológico, apenas, como

“vítimas”, mas sim, como atores/atrizes sociais que, mesmo marcados/as pelo sofrimento, não podem ser excluídos/as e/ou, simplesmente, ignorados/as. Nota-se, dessa forma, a relevância em efetivar pesquisas como aqui apresentada.

A inclusão desse referencial no estudo ora descrito deu-se mediante a aproximação temática, embora o recorte temporal e a perspectiva analítica não sejam idênticos. Um dado relevante da investigação de Padovan (2010), e que ainda não havia sido mencionado nos demais documentos analisados, refere-se à questão da utilização, por parte dos psiquiatras pernambucanos daquele período, da denominada teoria da biotipologia para o diagnóstico da loucura feminina.

Para encerrar esse trabalho de revisão bibliográfica, apresenta-se o artigo elaborado por Cristiane Teresinha de Deus Virgili Vasconcellos em parceria com Silvio José Lemos Vasconcellos (2007), denominado *A doença mental feminina em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil (1870-1910)*, cujo objetivo foi descrever como as mulheres diagnosticadas como loucas eram tratadas na referida cidade, nas citadas décadas, pontuando alguns fatores considerados desencadeantes desse quadro.

Por se tratar de uma pesquisa documental, os supracitados autores utilizaram fontes escritas, tais como: os relatórios da Santa Casa, os processos-crime, as papeletas do Hospício São Pedro, o jornal e as cartas pessoais. Documentos estes que favoreceram a conclusão de que a loucura feminina foi “diagnosticada” tanto por leigos, como por especialistas, além disso, evidenciaram que a concepção de alienação mental esteve fortemente vinculada ao contexto histórico vivenciado pelas pacientes. Contudo, os pesquisadores salientam a necessidade de um maior aprofundamento investigativo dessa temática, no respectivo lócus, especialmente, no que tange à produção médica da época, haja vista a escassez de dados nesta área. Enfatizando, também, a importância em dar continuidade a realização de novas pesquisas para que haja ampliação teórica dessa problemática, ou seja, “a compreensão do assunto, que, por sua vez, não só beneficiará o estudo do passado, mas também promoverá uma melhor análise do presente em relação à mulher portadora de sofrimento psíquico e à forma como nós a enxergamos hoje” (VASCONCELLOS; VASCONCELLOS, 2007. p.1041)

Diante disso, comprova-se a consonância entre a referida abordagem e o propósito deste trabalho de análise bibliográfica, tendo em vista o interesse comum em dar vez e voz às mulheres acometidas por sofrimentos de ordem psicológica, bem como, a estratégia metodológica adotada (pesquisa documental) e o objeto de estudo (mulheres). Entretanto,

notam-se algumas pequenas divergências no que diz respeito às fontes analisadas, ao recorte temporal e à finalidade, ou seja, na presente ação investigativa buscou-se compreender a loucura enquanto uma construção social com vistas ao silenciamento e cerceamento dos direitos femininos.

Mediante o exposto ao longo dessa escrita, é possível concluir que há uma multiplicidade de conceitos referentes à *loucura*, tendo em vista que essa temática vem perpassando por diversas discussões e análises nos mais variados âmbitos de pesquisa, seja no campo da medicina clínica e psiquiátrica, da Psicologia, da Filosofia ou do Serviço Social, dentre outras áreas de conhecimento, além do próprio senso comum, o tema está longe de ser esgotado, haja vista o amplo leque de interpretações já existente e ainda por vir. No entanto, quanto à concepção de *loucura feminina*, objeto de estudo desta pesquisa, pôde-se comprovar que esse diagnóstico, na maioria das vezes, foi forjado para encarcerar e silenciar as mulheres que ousaram desafiar os ditames impostos pelas sociedades em diferentes épocas, inclusive na atualidade.

6. (IN)CONCLUSÕES...

Ao longo da realização desta breve, porém importante e significativa, revisão bibliográfica, constatou-se que a temática da *loucura* já se consolidou como objeto de estudo dos mais variados âmbitos acadêmicos, especialmente, no Brasil onde há uma ampla gama de referenciais publicizados. Todavia, no interstício utilizado como recorte temporal desta pesquisa (2007 a 2017) ficou evidente a escassez de publicações científicas, sobretudo, no estado da Bahia (não foi encontrado nenhum artigo, dissertação e/ou tese no período analisado) que versem acerca da *loucura feminina* enquanto construção social para o silenciamento e conseguinte cerceamento de direitos da mulher. Pôde-se perceber, também, que a maioria das publicações, selecionadas em ambos os sites consultados, é de pesquisas de cunho bibliográfico (revisão de literatura e análise documental) e/ou estudos de caso. Estes últimos, direcionados à compreensão do funcionamento de antigas instituições manicomiais, assim como, acerca das experiências vivenciadas por pessoas que foram internadas nos Hospitais de Alienados, sendo exemplo disso as pesquisas produzidas nos estados de Pernambuco, Santa Catarina, São Paulo e Rio Grande do Sul, apresentadas no capítulo anterior.

Diante das análises realizadas, notou-se um ponto de convergência entre todos os referenciais elencados nesse estudo, ou seja, o interesse em discutir a *loucura feminina* muito além do diagnóstico clínico-psiquiátrico, promovendo novos debates a partir do viés social, haja vista a evidente necessidade de se compreender os transtornos mentais, nas mulheres, a partir da observação das relações de gênero que permeiam suas vivências sociais, visto que, aquelas que apresentavam – apresentam – comportamentos contrários aos padrões instituídos pela sociedade patriarcal – centrada nos discursos eurocêtricos, heteronormativos e religiosos – ainda vigente, eram, infelizmente continuam sendo, desacreditadas em suas falas, invisibilizadas tanto na esfera pública quanto privada e, sobretudo, tendo seus direitos sumariamente cerceados.

As discussões propostas, em cada referencial aqui descrito, também sinalizaram a existência de algumas lacunas que ainda precisam ser preenchidas nessa árdua busca das representantes femininas pelo direito à visibilidade e ao reconhecimento dos seus discursos, especialmente, no que concerne a dar vez e voz às mulheres estereotipadas, estigmatizadas, rotuladas, ou melhor, socialmente identificadas como *loucas*.

Dentre as lacunas sinalizadas nos referenciais, merecem destaque:

- Falta de novas escritas sobre a história da loucura feminina, referendadas nos valores sociais e culturais, bem como, nas representações sociais da mulher nesse contexto e, quem sabe, nos pequenos fragmentos dos discursos dos “insanos” (MACHADO; CALEIRO, 2008).
- Escassez de trabalhos nos quais pacientes de hospitais psiquiátricos não sejam retratados/as, apenas, como “vítimas” de uma história excludente, que mesmo marcada de sofrimentos, não pode mais ser ignorada (PADOVAN, 2010).
- Pouca exploração do tema saúde mental pela mídia e, quando apresentado, mostrado de forma errada (TRAVIA et al 2012).
- Ausência de debates sobre o significado de loucura na sociedade contemporânea, apesar da Reforma Psiquiatria ter promovido mudanças no funcionamento do tratamento psiquiátrico no Brasil, percebe-se que esta não conseguiu transformar, totalmente, a concepção e as representações sociais antiquada de loucura (FIGUEIRÊDO; DELEVATI; TAVARES, 2014).

Diante do exposto, é possível afirmar que a *loucura feminina* configura-se, também, como um construto social moldado nas complexas relações de gênero estabelecidas ao longo dos séculos, como demonstrado ao longo desta pesquisa. Vale reiterar que este estudo bibliográfico contribui, mesmo que de forma resumida, para a ampliação das fontes existentes sobre essa temática.

REFERÊNCIAS

- ALBERNAZ, Lady Selma Ferreira; LONGHI, Márcia. Para compreender gênero: Uma ponte para relações igualitárias entre homens e mulheres In: SCOTT, Parry; LEWIS, Liana; QUADROS, Marion Teodósio de (Org.): Gênero, diversidade e desigualdades na educação: interpretações e reflexões para formação docente. Publicações Especiais do Programa de Pós Graduação em Antropologia/**FAGES**. Editora Universitária – UFPE. Recife, 2009.
- ANDRÉ, Marli. O que é um estudo de caso qualitativo em educação? Revista da FAEEBA – **Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 22, n. 40, p. 95-103, jul./dez. 2013.
- ARÁN, Márcia. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 11(2): 399-422 julho-dezembro /2003.
- BECKER, Howard S. Outsiders: **Estudo de Sociologia do Desvio**. 2008 [1963]Rio de Janeiro: Zahar. 232pp.
- BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha: Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos. Fundação Carlos Chagas, Grupo de Pesquisas Socialização de Gênero e Raça - **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, set./dez. 2007.
- COSTA, Ana Alice Alcântara: O movimento feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção política, **Niterói**, v. 5, n. 2, p. 9-35, 1. set. 2005.
- CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Tradução: Luciana de Oliveira da Rocha. - 2. ed. - Porto Alegre: Artmed, 2007.
- CUPELLO, Priscila Céspedes. Loucura e Gênero no Hospital Nacional de Alienados (1920-1930) – 2010.
- DAMETTO; Jarbas; ESQUINSANI, Rosimar Serena Siqueira. A loucura, o demônio e a mulher: sobre a construção de discursos no mundo medieval. 2017.
- FERREIRA, Maria Cristina. Sexismo hostil e benevolente: inter-relações e diferenças de gênero. **Temas psicol.** vol.12 no. 2 Ribeirão Preto, 2004. Disponível em <<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?>>. Acesso: set. 2017.
- FIGUEIRÊDO, Marianna Lima de Rolemberg; DELEVATI, Dalnei Minuzzi; TAVARES, Marcelo Góes. Entre loucos e manicômios: história da loucura e a Reforma Psiquiátrica no Brasil. 2014.
- FOUCAULT, Michael. **Doença mental e psicologia**. 5. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1975/1994.
- FOUCAULT, Michel. Loucura, literatura, sociedade. In: Motta, Manoel Barbosa (Org.). Problematização do sujeito: psicologia, psiquiatria e psicanálise. Rio de Janeiro: **Forense Universitária**. pp. 232-258. 2006.

_____, Michel. **História da loucura na Idade Clássica**. São Paulo: Perspectiva. 2008.

FROTA, Janaína Egler. A existência negligenciada: uma discussão sobre loucura e exclusão social. Monografia. Centro Universitário de Brasília – UniCEUB. 2009.

GATTI, Bernadete Angelina. **A construção da pesquisa em educação no Brasil**. Brasília: Liber Livro Editora, 2007. 87 p.

GOFFMAN, Erving. Estigma: **notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Tradução de Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes. 4. ed. Rio de Janeiro: LCT, 1988.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, Prisões e Conventos**. Tradução de Dante Moreira. Leite. 7ª edição. São Paulo: Editora Perspectiva, 2001.

JÚNIOR, Francisco da Costa; MEDEIROS, Marcelo. Alguns conceitos de loucura entre a psiquiatria e a saúde mental: diálogos entre os opostos? **Psicologia USP**, 2007, p. 57-82.

LOUCURA. Dicionário online **Michaelis**, 23 fev. 2018. Disponível em <<https://pt.wikipedia.org/wiki/Michaelis>> Acesso em: 23 de fev.2018.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero, sexualidade e educação: das afinidades políticas às tensões teórico-metodológicas – **Educação em Revista**. Belo Horizonte. n. 46. p. 201-218. dez. 2007.

LUDERMIR, Ana Bernarda. Desigualdades de Classe e Gênero e Saúde Mental nas Cidades. **Physis Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, 18 [3]: 451-467, 2008.

LUNA, Sergio Vasconcelos de. **Planejamento de Pesquisa: uma introdução**. São Paulo: EDUC – Editora da PUC- SP, 2011. p.116 .

MACHADO, Jacqueline Simone de Almeida; CALEIRO, Regina Célia Lima. **Loucura feminina: doença ou transgressão social?** Montes Claros, v. 1, n. 1 - jan./jun. 2008

MOREIRA, Herivelto, CALEFFE, Luiz Gonzaga. **Metodologia da Pesquisa para o professor pesquisador**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

PADOVAN, Maria Concepta. As aparências enganam: aspectos da construção da loucura feminina no Recife dos anos 1930-1945. 2012.

PESCE, Lucila; ABREU, Cláudia Barcelos de Moura. Pesquisa qualitativa: considerações sobre as bases filosóficas e os princípios norteadores. **Revista da FAEEBA– Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 22, n. 40, p. 19-29, jul./dez. 2013.

PETERS, Carlos Eduardo Marotta. Loucura feminina no Asilo Espírita “Discípulos de Jesus” de Penápolis (1935-1945). **Revista Nures**. | Ano VIII. Número 20, janeiro-abril de 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo>. Php?pid =S0103-73312008000300005&script=sci_abstract&tlng=pt>

RAGO, Margareth: Ser mulher no século XXI ou carta de alforria In: **A mulher brasileira nos espaços públicos e privado/** Gustavo Venturi, Marisol Recamán e Suely de Oliveira (Org.) – 1 ed. – São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

ROHDEN, F. Uma ciência da diferença: sexo e gênero na medicina da mulher [online]. 2nd ed. rev. andenl. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2001. Antropologia & Saúde Collection. 224 p. ISBN 978- 85-7541-399-9. AvailablefromSciELO Books .

SAFFIOTI, Heleieth I.B. **Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero.** Cadernos Pagu (16) 2001. p.115-136. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n16/n16a07.pdf>>. Acesso em set.2017.

SANTANA, Vagner Caminhas; BENEVENTO, Claudia Toffano. **O conceito de gênero e suas representações sociais.** Disponível em <<http://www.efdeportes.com/efd176/o-conceito-de-genero-e-suas-representacoes-sociais.htm>>. Acesso em set. 2017.

SANTOS, Anna Maria Corbi Caldas dos. Gênero e Saúde Mental: a vivência de identidades femininas e masculinas e o sofrimento psíquico na sociedade brasileira contemporânea. Algumas reflexões a partir de relatos dos pacientes diagnosticados como portadores de transtornos mentais severos do CAPS-Araraquara-SP (DISSERTAÇÃO DE MESTRADO) **PLURAL**, Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP, São Paulo, v.15, 2008.

SARDENBERG, Cecília M.B. Da transversalidade à transversalização de gênero in: Gênero e diversidades na gestão educacional / COSTA, Ana Alice Alcântara; RODRIGUES, Alexnaldo Teixeira; PASSOS Elizete Silva (org). - Salvador: UFBA-NEIM, 2011. 125 p.

SCOTT, Joan. Gender: A Useful Category of Historical Analysis. **Gender and the Politics of History.** New York: Columbia University Press. 1989. Tradução de Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila.

SCOTT, Parry; LEWIS, Liana; QUADROS, Marion Teodósio de (Org.).Gênero, diversidade e desigualdades na educação: interpretações e reflexões para formação docente. Publicações Especiais do Programa de Pós Graduação em Antropologia/**FAGES**. Editora Universitária – UFPE. Recife, 2009.

TRAVIA, Raphael Henrique; JARDIM, Vanessa Luiza Tuono; NITSCHKE, Angela Morel. Entre lírios e delírios: igualdade de gênero em saúde mental. Caderno de Publicações Acadêmicas, v. 1, n. 1, p. 06, 2012.

VASCONCELLOS, Cristiane Teresinha de Deus Virgili; VASCONCELLOS, Silvio José Lemos. A doença mental feminina em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil (1870-1910). Cad. saúde pública, v. 23, n. 5, p. 1041-1049, 2007.

ZANELLO, Valeska. Mulheres e loucura: questões de gênero para a psicologia clínica. In: Gênero e Feminismos: convergências (in)disciplinares. STEVENS et al (Org.). Editora Ex Libris, 2010. ISBN 8590287718, 978859028771. Disponível em: <<http://www.worldcat.org/title/genero-e-feminismos-convergencias-indisciplinares/oclc/778899517>>.